

---

# Uma abordagem para o estudo da precariedade laboral dos trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos em Chiapas.

---

‡ **Leonel Castro Acosta**  
Graduado do Programa de  
Doutorado em Ciências Sociais  
O Colégio da Fronteira Norte  
E-mail: [leonelc.dcsr2018@colef.mx](mailto:leonelc.dcsr2018@colef.mx)  
[https://orcid.org/  
0000-0002-4933-5544](https://orcid.org/0000-0002-4933-5544)

‡ **Gerardo Ordóñez Barba**  
O Colégio da Fronteira Norte  
E-mail: [ordonez@colef.mx](mailto:ordonez@colef.mx)  
[https://orcid.org/  
0000-0003-3498-5808](https://orcid.org/0000-0003-3498-5808)

‡ **Liliana Meza-González †**  
Universidade Iberoamericana  
[https://orcid.org/  
0000-0002-0693-3931](https://orcid.org/0000-0002-0693-3931)

Recebido em:  
20 de março de 2024.

Aceito em:  
17 de junho de 2025.

ISSN: 2176-9257 (online)

## RESUMO

Este artigo apresenta uma abordagem ao estudo da insegurança no emprego enfrentada por trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos em Chiapas, com base na análise estatística da Pesquisa de Migração da Fronteira Sul de 2018, particularmente o Módulo Especial sobre Mobilidade de Mão de Obra, Contratação e Previdência Social que foi implementado naquele ano. O método dos componentes principais foi usado para construir um índice que integra três dimensões associadas à insegurança no emprego: salários insuficientes, instabilidade e insegurança no emprego. Sexo, idade, educação, disponibilidade de documentos para trabalhar no México, ocupação e localização rural/urbana do local de trabalho são explorados como determinantes. Os resultados indicam que a maioria dos trabalhadores guatemaltecos trabalha em condições de média a alta precariedade, e que aqueles que sofrem maior precariedade são as mulheres, os jovens, as pessoas com baixa escolaridade e os trabalhadores agrícolas. Ao contrário do que se espera, ter permissão para trabalhar ou laborar em áreas mais urbanas não diminui significativamente a precariedade do emprego.

**Palavras-chave:** instabilidade no emprego, insuficiência salarial, insegurança no emprego, trabalho transfronteiriço, fronteira México-Guatemala.

## An approach to the study of the job precariousness of Guatemalan cross-border workers in Chiapas

## ABSTRACT

This article presents an approach to the study of the job precariousness

faced by Guatemalan cross-border workers in Chiapas, based on the statistical analysis of the 2018 Survey on Migration in the Southern Border, particularly the Special Module on Labor Mobility, Contracting and Social Security that was implemented that year. The method of main components is used to construct an index that integrates three dimensions associated with job precariousness: wage insufficiency, job instability, and job insecurity. Sex, age, education, availability of documents to work in Mexico, occupation, and rural/urban location of the workplace are explored as determinants. The results indicate that the majority of Guatemalan workers work in conditions of medium and high precariousness, and that those who suffer the greatest precariousness are women, young people, people with low education and agricultural workers. Contrary to expectations, having a permit to work or work in more urban areas does not significantly lessen job precariousness.

**Keywords:** Job instability, insufficient wages, job insecurity, cross-border work, Mexico-Guatemala border.

## **Una aproximación al estudio de la precariedad laboral de los trabajadores transfronterizos guatemaltecos en Chiapas**

### **RESUMEN**

En este artículo se presenta una aproximación al estudio de la precariedad laboral que enfrentan los trabajadores transfronterizos guatemaltecos en Chiapas, a partir del análisis estadístico de la Encuesta sobre Migración en la Frontera Sur de 2018, particularmente del Módulo Especial sobre Movilidad Laboral, Contratación y Seguridad Social que se implementó ese año. Se utilizó el método de componentes principales para construir un índice que integra tres dimensiones asociadas a la precariedad laboral: insuficiencia salarial, inestabilidad en el empleo e inseguridad laboral. Se exploran como determinantes el sexo, la edad, la escolaridad, la disposición de documentos para trabajar en México, la ocupación y la ubicación rural/urbana del lugar de trabajo. Los resultados indican que la mayoría de los trabajadores guatemaltecos laboran en condiciones de precariedad media y alta, y que quienes padecen mayor precariedad son las mujeres, los jóvenes, las personas con baja escolaridad y los trabajadores agrícolas. Contrario a lo esperado, tener permiso para trabajar o laborar en ámbitos más urbanos no incide en una menor precariedad laboral.

**Palabras clave:** inestabilidad laboral, insuficiencia salarial, inseguridad laboral, trabajo transfronterizo, frontera México-Guatemala.

### **INTRODUÇÃO**

O mundo do trabalho passou por transformações significativas devido a mudanças globais que modificaram as relações trabalhistas, as estruturas econômicas e os mercados de trabalho, resultando na deterioração das condições de emprego e levando a graves problemas sociais, visto que o trabalho é a principal fonte de renda para famílias em todo o mundo.

Esse fenômeno, acompanhado por salários insuficientes, instabilidade no emprego e violação dos direitos trabalhistas, é conhecido como "precariedade do trabalho" e, segundo a MORA (2005), foi a partir de 1980 que começou a se tornar mais evidente na América Latina, devido a mudanças em seus modelos de desenvolvimento para enfrentar os efeitos das crises econômicas.

A insegurança laboral é ainda mais acentuada entre os trabalhadores migrantes estrangeiros, que tendem a enfrentar maiores dificuldades devido ao seu estatuto migratório, ao tipo de mercado em que entram, à procura de emprego e às taxas de câmbio. Outros fatores que contribuem para os desafios enfrentados por estes trabalhadores incluem a falta de apoio institucional, a informação limitada e a marginalização econômica, entre outros (PARIS, LEY & PEÑA, 2016).

Nas zonas fronteiriças, surge um problema específico entre os trabalhadores que, sem migrar para outro país, trabalham numa nação vizinha; este tipo de emprego denomina-se trabalho transfronteiriço, que é exercido numa região fronteiriça de um país vizinho, mas com a intenção de regressar ao seu país de residência no final do dia de trabalho ou do período para o qual foram contratados.

Na América Central, existem diversos mercados de trabalho transfronteiriços, como os entre Nicarágua e Costa Rica, Nicarágua e El Salvador, Guatemala e Belize, Guatemala e México, e Panamá e Costa Rica (MORALES, 2012; MORALES, 2006; NÁJERA, 2011). De modo geral, as condições nesses mercados tendem a ser precárias e informais, com os direitos trabalhistas dos trabalhadores transfronteiriços frequentemente desrespeitados (MORALES, 2012). Além disso, os países do norte da América Central (El Salvador, Guatemala e Honduras) apresentam um padrão de desenvolvimento limitado, caracterizado por problemas de segurança pública, vulnerabilidades ambientais significativas, baixa produtividade do trabalho e salários restritos, fatores que contribuem direta ou indiretamente para o aumento da migração (CEPAL, 2019).

O estado de Chiapas é reconhecido como um importante corredor migratório mundial; é um território estratégico para os fluxos migratórios da América Central e, historicamente, um espaço onde guatemaltecos e chiapanecos convergem na mesma economia. Nesse território, compartilham raízes que remontam a antes da independência de Chiapas e sua subsequente incorporação ao México, o que historicamente facilitou as trocas comerciais, trabalhistas, culturais e sociais. Além disso, sua fronteira de 965 quilômetros é caracterizada por sua alta porosidade e fácil acesso; mexicanos e guatemaltecos a cruzam diariamente por estradas, rios e trilhas sem controles de imigração.

Tradicionalmente, há um fluxo de trabalhadores guatemaltecos que atuam principalmente, mas não exclusivamente, no setor agrícola de Chiapas. Em geral, esses trabalhadores enfrentam dificuldades diárias para exercer suas atividades no México, devido tanto às características do mercado de trabalho de Chiapas quanto à sua situação migratória, além das políticas mexicanas (trabalhistas, imigratórias e outras).

Neste contexto, o objetivo central deste artigo é apresentar uma abordagem para o estudo do emprego precário entre trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos empregados em Chiapas. Os dados provêm da Pesquisa sobre Migração na Fronteira Sul, realizada em 2018, em particular do Módulo Especial sobre Mobilidade Laboral, Contratação e Segurança Social, implementado naquele ano no âmbito do projeto "Região Transfronteiriça México-Guatemala: Dimensão Regional e

Fundamentos para o seu Desenvolvimento Integral”. A análise de componentes principais foi utilizada para construir um índice que integra três dimensões associadas ao emprego precário: salários insuficientes, instabilidade laboral e insegurança laboral. Além disso, o estudo explora fatores como sexo, idade, nível de escolaridade, posse de documentos que permitam o trabalho no México, tipo de ocupação e localização do local de trabalho (rural ou urbana) como determinantes do emprego precário.

O artigo está dividido em três seções e uma conclusão. A primeira seção aborda e discute a abordagem teórica e metodológica que forneceu uma estrutura para a análise da insegurança laboral e suas dimensões. A segunda seção contextualiza o problema de pesquisa, descrevendo as características gerais da economia e do mercado de trabalho de Chiapas, bem como o comportamento e as particularidades do fluxo de trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos nos últimos 10 anos. A terceira seção apresenta os resultados do índice de insegurança laboral para trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos e estabelece, por meio de regressões, a significância estatística dos determinantes identificados utilizando um módulo específico da pesquisa EMIF Sur aplicada em 2018. Por fim, as conclusões oferecem algumas reflexões decorrentes dos resultados do estudo.

## **ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA PRECARIEDADE NO EMPREGO TRANSFRONTEIRIÇO**

Segundo a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho remunerado é fundamental para alcançar o bem-estar material, a segurança econômica e a igualdade de oportunidades para os trabalhadores; no entanto, mudanças nos mercados de trabalho, como a flexibilização, o aumento da informalidade e a terceirização, têm contribuído para a deterioração das condições de emprego, o que significa que o trabalho assalariado já não garante os meios para uma vida digna (OIT, 2015).

Considerando esse contexto, a OIT adotou o conceito de “trabalho decente” como um termo que se refere ao trabalho produtivo que também deve ser realizado em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana (OIT, 1999, p. 4). A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável inclui o trabalho decente e o crescimento econômico como Objetivo 8, visto que quanto mais pessoas tiverem empregos decentes, maior será o crescimento econômico e inclusivo dos países (ONU, 2015). Caso contrário, os trabalhadores enfrentarão maior insegurança no trabalho e, juntamente com suas famílias, não conseguirão se integrar adequadamente à sociedade (CANO, 2004).

A OIT (2012) reconhece que o termo “trabalho precário” possui uma definição ambígua e multifacetada, tendendo a se manifestar de diferentes maneiras dependendo do país, região, economia ou mercado de trabalho em questão. No entanto, propõe entendê-lo como:

O trabalho precário é um meio utilizado pelos empregadores para transferir riscos e responsabilidades aos trabalhadores. Trata-se de trabalho realizado na economia formal e informal, caracterizado por diferentes níveis e graus de incerteza e insegurança, tanto objetivas (status legal) quanto subjetivas (sentimentos). Embora o trabalho precário possa apresentar diversas facetas, geralmente é definido pela

incerteza que acarreta quanto à duração do emprego, pela presença de múltiplos empregadores potenciais, por uma relação de trabalho disfarçada ou ambígua, pela impossibilidade de usufruir da proteção social e dos benefícios geralmente associados ao emprego, pelos baixos salários e pelos consideráveis obstáculos legais e práticos à sindicalização e à negociação coletiva (OIT, 2012, p. 32).

Na América Latina, o conceito de insegurança no trabalho tem sido abordado por diversos autores (GUADARRAMA, HUALDE & LÓPEZ, 2012; RUBIO, 2010; BLANCO & JULIÁN, 2019; FERNÁNDEZ, 2014; PÉREZ & CEBALLOS, 2019; ROMÁN, 2013), que destacam algumas de suas principais características com base em conceitualizações e interesses de pesquisa específicos.

Guadarrama, Hualde e López (2012) identificam as principais características da precariedade como a condição e o sentimento de perda de segurança vivenciados por trabalhadores que conseguiram se integrar ao mercado de trabalho e por aqueles que não conseguiram. Rubio (2010), por sua vez, acrescenta elementos como a instabilidade e a incerteza no emprego, que afetam a capacidade dos trabalhadores de planejar o presente e o futuro, impedindo-os de controlar suas vidas profissionais e sociais.

A precariedade também pode ser percebida como uma degradação das condições de trabalho, que exacerba a estrutura dual do mercado de trabalho, ou seja, os setores formal e informal (BLANCO & JULIÁN, 2019). De outra perspectiva, a precariedade é descrita como emprego que não seja de tempo integral, assalariado e protegido pela legislação trabalhista, com um único empregador e local de trabalho (FERNÁNDEZ, 2014). Para Román (2013), esse conceito refere-se à deterioração das condições de trabalho, caracterizada por jornadas de trabalho mais curtas ou mais longas do que as estabelecidas por lei, falta de benefícios, ausência de sindicato, falta de contrato formal e de seguridade social, bem como emprego temporário. Sem dúvida, trata-se de um fenômeno que afeta as condições de trabalho tanto no emprego formal quanto no informal, devido à insegurança no trabalho, à renda insuficiente e à falta de certeza, cujos efeitos impactam negativamente as condições de vida dos trabalhadores e de suas famílias.

Embora o foco na precariedade dos fluxos laborais transfronteiriços reconheça muitos componentes do emprego em geral, outros fatores podem influenciar seu grau de precariedade. Políticas migratórias, acesso a autorizações de trabalho e taxas de câmbio são exemplos de fatores que podem afetar a qualidade do emprego disponível para trabalhadores transfronteiriços. Além disso, manter residência no país de origem pode dificultar a proteção social desses trabalhadores por dois motivos: primeiro, dificulta o acesso à previdência social e aos benefícios trabalhistas no país de origem; e, segundo, é improvável que tenham esses direitos trabalhistas no país onde trabalham, já que a maioria atua no setor informal, como é o caso dos trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos no México.

A teoria da segmentação do mercado de trabalho levanta outros elementos possíveis a serem considerados, como a existência de diferentes formas de determinar a renda e as ocupações, dividindo o mercado de trabalho em dois segmentos: o mercado de trabalho primário, caracterizado por ter empregos de alto status, reservados para nativos, trabalhadores com alta especialização e bons salários; e o mercado de trabalho secundário, onde se encontram os migrantes e que se caracteriza

por ter empregos mal remunerados, com poucos requisitos ou especializações e com maior instabilidade, e no qual as variáveis econômicas influenciam diretamente o salário, a localização e a formação (PIORE, 1979; AZAMAR & SALAZAR, 2014; FERNÁNDEZ, 2010).

Considerando as diferentes perspectivas, esta pesquisa se desenvolve a partir de três dimensões que, em maior ou menor grau, foram integradas ao estudo do trabalho precário, e cujos componentes foram adaptados às possibilidades oferecidas pelo Módulo Especial sobre Mobilidade Laboral, Contratualização e Seguridade Social da pesquisa EMIF Sur 2018 para a análise da precariedade entre trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos. A primeira dimensão trata da insuficiência salarial e refere-se aos níveis de renda dos trabalhadores transfronteiriços que ficam abaixo do mínimo necessário para suprir suas necessidades de alimentação, moradia, saúde e educação; a segunda dimensão é a instabilidade laboral, que se refere à natureza temporária das relações contratuais devido à ausência de contratos, jornadas de trabalho mais curtas ou mais longas do que as estabelecidas por lei, e trabalho sem folgas ou remuneração; e a terceira dimensão consiste na insegurança laboral, relacionada à falta de férias, de serviços de saúde, de previdência e, em alguns casos, como no trabalho agrícola, de alimentação e moradia. A Tabela 1 detalha essas dimensões e os componentes que as compõem.

**Tabela 1. Dimensões e componentes a insegurança no trabalho em empregos transfronteiriços.**

Dimensões	Componentes
Insegurança laboral	Falta de:
	Alimentos
	Moradia
	Férias
	Gratificação de fim de ano (decimotercéiro salário)
	Serviços de saúde
	Contribuição para aposentadoria
Instabilidade laboral	Ausência de contrato de trabalho
	Trabalhar menos de 35 ou mais de 48 horas semanais
	Trabalhar horas extra sem remuneração
	Trabalhar 7 dias por semana sem direito a um dia de descanso
	Trabalhar em dias de folga ou feriados sem compensação

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em informações de Emif Sur (El COLEF, 2018).

Por outro lado, os seguintes dados foram extraídos do módulo especial do EMIF Sur como possíveis determinantes da precariedade:

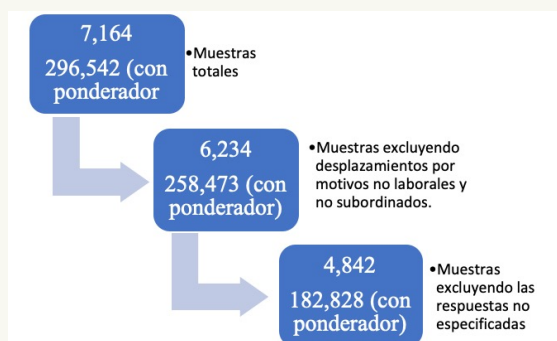
**Tabela 2. Determinantes da insegurança no trabalho em empregos transfronteiriços**

Determinantes	Categorias
Sexo	Homem/Mulher
Idade	15 a 29 anos/30 a 45 anos/45 a 60 anos/maiores de 60 anos
Escolaridade	Sem escolaridade/Enino fundamental incompleto/Ensino fundamental completo/Algum ensino básico/Algum ensino médio
Documento migratório	Possuir ou não documento migratório que autorize trabalhar legalmente no México
Ofício ou ocupação no México	Trabalhadores rurais/Trabalhadores da indústria/Trabalhadores da construção/Vendedores ambulantes/Trabalhadores domésticos/Trabalhadores em serviços diversos/Profissionais.
Local de trabalho	Fazenda, ejido ou rancho.

**Fonte:** Elaborado pelos autores com base em informações de Emif Sur (El COLEF, 2018).

É importante ressaltar que esses determinantes não geram insegurança no trabalho; no entanto, são fatores que podem influenciar a situação dos trabalhadores transfronteiriços. Como mencionado anteriormente, a fonte de informação utilizada para esta pesquisa é a Pesquisa sobre Migração na Fronteira Sul do México (EMIF Sur), realizada em 2018. O tamanho da amostra do fluxo migratório guatemalteco proveniente do México, captado por essa pesquisa, foi de 7.164 registros, que, com o fator de expansão, representam 296.542 deslocamentos. Quando esse número de deslocamentos é filtrado para incluir apenas aqueles que trabalharam no México, excluindo os que não residem na Guatemala, os que são autônomos ou empregadores, bem como as respostas não especificadas, a amostra diminui para 4.842 registros, representando 182.828 deslocamentos. Este é precisamente o subconjunto submetido à análise da insegurança no trabalho entre os trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos em Chiapas.

**Esquema 1. Tamanho da amostra do Módulo Especial sobre Mobilidade Laboral, Recrutamento e Segurança Social do EMIF Sur, 2018**



**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em dados da Emif Sur (El COLEF, 2018).

O processamento das informações foi realizado utilizando o programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences-Pacote para Ciências Sociais). Na construção do índice de precariedade laboral (IPL), foram utilizadas as 12 variáveis ou componentes estabelecidas na Tabela 1, enquanto as

6 variáveis contidas na Tabela 2 foram utilizadas para definir seus determinantes. Uma vez definidas as variáveis que operacionalizam o conceito de insegurança no trabalho em empregos transfronteiriços, o IPL foi estimado utilizando a análise de componentes principais (ACP). Esse método foi escolhido por permitir explicar a maior quantidade de variância com o menor número de componentes.

A análise de componentes principais (ACP) considera a variância total dos dados, visando criar algumas combinações lineares das variáveis observadas, resumindo os dados e perdendo o mínimo de informação possível; ou seja, explicando as diferenças entre os indivíduos como se todo o banco de dados estivesse sendo utilizado. Como será mostrado adiante, neste estudo, as 12 variáveis originais foram reduzidas a 6 componentes que explicam aproximadamente 73% da variância dos dados. No entanto, é necessário verificar sua viabilidade previamente, sendo recomendados o cálculo da estatística de Keyser -Meyer- Olkin (KMO) e o teste de esfericidade de Bartlett. O KMO "é utilizado para comparar as magnitudes dos coeficientes de correlação geral ou simples com relação às magnitudes dos coeficientes de correlação parcial" (Montoya, 2007, p. 284). Se o resultado for próximo de 1, significa que a ACP é viável. O teste de Bartlett, por outro lado, realiza um contraste entre a hipótese nula e o modelo, para analisar se não existem correlações significativas entre as variáveis.

A Tabela 3 apresenta os resultados de ambos os testes. O valor da estatística KMO foi de 0,676, o que indica viabilidade da ACP, pois está acima de 0,5 (MONTROYA, 2007, p. 284), enquanto o teste de Bartlett apresentou nível crítico de 0,000, o que também indica viabilidade da ACP.

**Tabela 3. Resultados da estatística KMO e do teste de Bartlett.**

<b>Medida Kaiser-Meyer-Olkin de Adequação da Amostragem</b>		<b>0,676</b>
<b>Teste de Esfericidade de Bartlett</b>	Qui-quadrado aproximado	506090,013
	gl	66
	Sig.	0

**Fonte:** Elaborado pelos autores utilizando SPSS e a base de dados EMIF Sur (El COLEF, 2018).

Uma vez demonstrada a viabilidade da ACP, calculou-se a variância explicada por cada componente da IPL. A Tabela 4 mostra que aproximadamente 73% da variância é explicada por seis componentes: o primeiro explica 20%, o segundo 18,4%, o terceiro quase 11%, o quarto e o quinto mais de 8% cada, e o sexto 7%. Decidiu-se trabalhar com seis componentes porque a variância tende a diminuir a partir do sétimo componente.

**Tabela 4. Variância explicada pela análise de componentes principais.**

Componentes	Variância total explicada					
	Autovalores iniciais			Somadas de extração das cargas ao quadrado		
	Total	% de Variância	% Acumulado	Total	% de Varianza	% Acumulado
1	2,406	20,053	20,053	2,406	20,053	20,053
2	2,208	18,403	38,457	2,208	18,403	38,457
3	1,312	10,932	49,388	1,312	10,932	49,388
4	1,012	8,434	57,822	1,012	8,434	57,822
5	0,972	8,098	65,92	0,972	8,098	65,92
6	0,848	7,07	72,99	0,848	7,07	72,99
7	0,724	6,037	79,027			
8	0,715	5,956	84,983			
9	0,651	5,425	90,408			
10	0,553	4,606	95,014			
11	0,477	3,972	98,986			
12	0,122	1,014	100			

**Fonte:** Elaborado pelo autor utilizando SPSS e a base de dados EMIF Sur (EI COLEF, 2018).

As variáveis utilizadas para construir o IPL são agrupadas nos seis componentes selecionados, correspondentes às três dimensões descritas. Conforme demonstrado na matriz da Tabela 5, o componente 1 agrupa as variáveis relacionadas à insegurança no trabalho (benefícios trabalhistas e previdência social), enquanto o componente 2 inclui os salários. Por fim, os componentes 3 a 6 agrupam as variáveis relacionadas à instabilidade no trabalho.

**Tabela 5. Matriz de análise de componentes principais**

Variáveis	Componentes					
	1	2	3	4	5	6
Salários_MD	-0,195	0,657	-0,122	0,073	-0,039	0,054
Horas_trab_sem	-0,062	-0,008	0,423	-0,458	0,66	0,404
Contrato_trab	0,455	0,107	-0,099	0,18	-0,334	0,768
Horas_extras_SS	0,027	-0,033	-0,034	0,832	0,55	0,033
Trab_7D_sd	-0,048	0,117	0,74	0,186	-0,229	-0,08
Trab_DD_ss	-0,059	0,184	0,733	0,154	-0,182	-0,012
Alimentos	0,4	-0,829	0,094	0,025	-0,046	-0,026
Hospedagem	0,408	-0,835	0,09	0,024	-0,03	-0,006
Férias	0,716	0,263	-0,027	0,004	-0,024	-0,006
Gratificação	0,653	0,355	0,034	-0,054	0,105	-0,082
Serv_Saúde	0,728	0,282	0,039	-0,051	0,078	-0,149
Aposentadoria	0,596	0,241	0,034	-0,086	0,119	-0,236

**Fonte:** Elaborado pelo autor utilizando SPSS e a base de dados EMIF Sur (EI COLEF, 2018).

O IPL foi calculado somando-se os valores de cada componente nos registros individuais e multiplicando-os pela variância explicada por cada componente. A representação aritmética desse cálculo seria a seguinte:

$$IPL = (C1 * 0,20053) + (C2 * 0,18403) + (C3 * 0,10932) + (C4 * 0,08434) + (C5 * 0,08098) + (C6 * 0,07070).$$

Os resultados dessa soma foram submetidos a um procedimento de normalização ou padronização; isto é, os valores foram transformados para uma escala em que a média é 0 e o desvio padrão é 1. O IPL padronizado apresentou dados que variaram de -11,692020 a 8,636157. Ordenando os valores em ordem crescente, foi realizada uma estratificação utilizando o método de Dalenius-Hodges, que estabeleceu três estratos de precariedade: baixo, médio e alto. Esse método permite a formação de estratos com variância mínima em cada um; isto é, os grupos formados são o mais homogêneos possível (INEGI, 2010, p. 2).

A Tabela 6 apresenta os resultados da estratificação, que revelam os três níveis de precariedade no índice para trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos, com base em dados da pesquisa EMIF Sur de 2018. Como se pode observar, 5,4% dos trabalhadores guatemaltecos foram classificados como tendo um baixo nível de precariedade, enquanto 64,3% foram classificados como tendo um nível médio de precariedade. Por fim, 30,3% dessa população foi classificada como tendo um alto nível de precariedade.

**Tabela 6. Estratos do índice de precariedade laboral (IPL) em trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos.**

IPL	Frequências	Porcentagem	Porcentagem Acumulada
Baixo	9.896	5,4	5,4
Medio	117.486	64,3	69,7
Alto	55.446	30,3	100,0
Total	182.828	100,0	

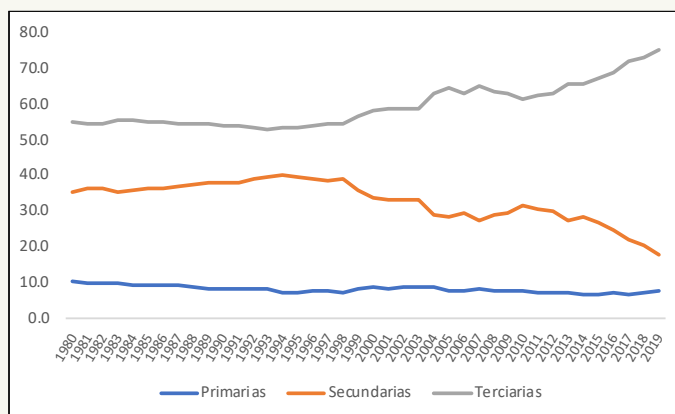
**Fonte:** Elaborado pelo autor utilizando SPSS e a base de dados EMIF Sur (El COLEF, 2018).

## **A ECONOMIA, O MERCADO DE TRABALHO E OS TRABALHADORES TRANSFRONTEIRIÇOS GUATEMALTECOS EM CHIAPAS**

### **A economia e o mercado de trabalho**

De acordo com dados históricos do PIB, a estrutura econômica de Chiapas mudou significativamente entre 1980 e 2019, mas a mudança mais importante começou a surgir em 1988. Foi quando as atividades terciárias começaram a experimentar um crescimento substancial, principalmente em detrimento do setor secundário, embora o setor primário também tenha apresentado uma tendência de perda de peso relativo em sua contribuição para a economia de Chiapas. Ao longo desses 20 anos, as atividades terciárias aumentaram sua contribuição para o PIB de 54% para quase 75%, enquanto as atividades secundárias caíram de 40% para 18%. A redução no setor primário foi menos drástica, mas sua contribuição começou a declinar em 1980, com algumas flutuações, resultando, em última análise, em uma perda de 2,7 pontos percentuais, caindo de 10,2% para 7,5% do PIB durante esse período (ver Figura 1).

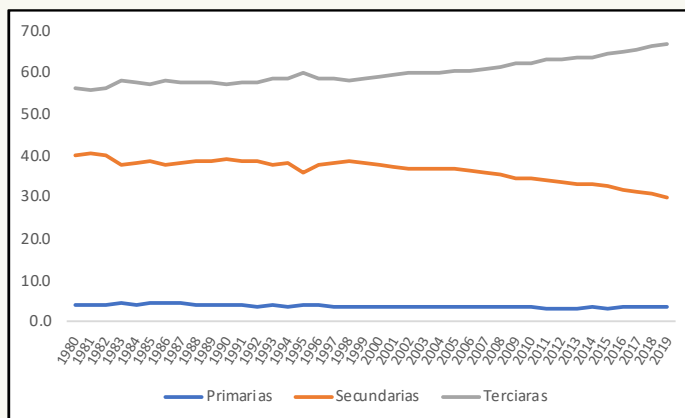
**Figura 1. Evolução da estrutura econômica do PIB de Chiapas por setores de atividade econômica, 1990-2019 (%)**.



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados do INEGI (2020b).

Como se pode observar na Figura 2, as tendências estaduais são semelhantes às nacionais, embora no caso de Chiapas a transformação econômica seja muito mais acentuada. Comparando os dados de 2019, constatamos que o setor primário de Chiapas contribui com mais do que o dobro da média nacional para o seu PIB: 7,5% contra 3,4%. Enquanto isso, o setor terciário no estado contribui com quase 75% da produção, enquanto a nível nacional a sua contribuição atinge dois terços. O oposto ocorre com o setor secundário: enquanto em Chiapas contribui com 18%, a nível nacional ultrapassa os 30%.

**Figura 2. Evolução da estrutura econômica do PIB nacional por setores de atividade econômica, 1990-2019 (%)**.



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando dados do INEGI (2020b).

Em termos de contribuição para o PIB nacional, Chiapas representa aproximadamente 1,5%, o que contrasta com a proporção de habitantes do estado em relação à população total, que se situa em

4,4%. Em outras palavras, o PIB per capita de Chiapas corresponde a cerca de um terço da média nacional. Contudo, é importante destacar que, por setor econômico, as atividades primárias do estado contribuem com 3,3 % para o PIB agrícola nacional, enquanto as atividades terciárias contribuem com 1,6%, o que contrasta com a contribuição de ambos os setores para o PIB estadual, conforme estabelecido no parágrafo anterior. Esses dados demonstram a importância do setor primário em Chiapas, caracterizado pela significativa produção de produtos de exportação (SANTACRUZ E PÉREZ, 2009), como café e banana, em grande parte produzidos na região de Soconusco.

Por sua vez, os dados da Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego (ENOE) permitem avaliar algumas características do mercado de trabalho em Chiapas. Para contextualizar os resultados do estudo apresentado na seção seguinte, optou-se por incluir os dados da ENOE do quarto trimestre de 2018, o que torna os dados do EMIF Sul de 2018 mais comparáveis. Segundo essa fonte, os homens representavam 72,7% da população economicamente ativa (PEA) no estado, enquanto as mulheres representavam apenas 27,3%, apesar de as mulheres possuírem uma porcentagem maior da população total e da população com 15 anos ou mais (Tabela 7). Esses dados sugerem uma desigualdade significativa no acesso e na participação das mulheres em atividades econômicas no estado. Por outro lado, dentro da PEA existe a População Empregada (PO), que é estimada em 1.899.923 pessoas, representando 96,5% da PEA no estado, o que coloca Chiapas com uma taxa de desemprego (3,5%) ligeiramente acima da média nacional (3,3%).

**Tabela 7. Chiapas: Percentagem da população economicamente ativa (PEA) e da população economicamente inativa (PEI) por sexo, 4º trimestre de 2018**

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Totais</b>
<b>I. População total</b>	<b>2.594.972</b>	<b>2.873.917</b>	<b>5.468.889</b>
<b>2. População de 15 anos ou mais</b>	<b>1.731.877</b>	<b>1.981.370</b>	<b>3.713.247</b>
População economicamente ativa (PEA)	1.432.557	536.494	1.969.051
Ocupada	1.388.245	511.678	1.899.923
Desocupada	44.312	24.816	69.128
População não economicamente ativa (PNEA)	299.320	1.444.876	1.744.196
Disponível	63.532	217.732	281.264
Não disponível	235.788	1.227.144	1.462.932

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da ENOE (INEGI, 2018).

De acordo com o emprego por setor econômico, o cenário difere daquele apresentado pelos dados do PIB do estado. Enquanto o setor terciário gera 75% do PIB, ele emprega apenas 45,4% da população economicamente ativa, ao passo que o setor primário produz apenas 7,5% do PIB e emprega 41% da população economicamente ativa (Tabela 8). Comparando os dados de emprego em Chiapas com a média nacional, constatamos que o principal setor no país era o terciário, com 61,2%, seguido pelo secundário, com 25,5%, e pelo primário, com 12,7 %, enquanto em Chiapas o setor terciário predomina, com 45,4%, e o primário, com 41,0%, com o setor secundário bem atrás, em 13,4%.

Uma das características mais marcantes do mercado de trabalho de Chiapas é o seu alto nível de informalidade, que atinge quase 78% do emprego, ficando atrás apenas de Oaxaca e Guerrero, com

81,2% e 78,7%, respectivamente. Por setor, a informalidade em Chiapas ultrapassa 96% no setor primário, cerca de 83% no setor secundário e quase 60% no setor terciário. Comparada à média nacional (56,6%), a taxa de informalidade de Chiapas é 21 pontos percentuais maior.

Em relação às estimativas de situação ocupacional na população economicamente ativa (PEA) de Chiapas, a principal posição é a de assalariados, seguida pela de trabalhadores autônomos. Um dado importante é a porcentagem significativa de trabalhadores não remunerados, que corresponde a aproximadamente 11% da PEA. Não surpreendentemente, há um alto grau de informalidade entre os tipos de emprego, embora sua distribuição apresente algumas diferenças significativas: entre os assalariados, o emprego informal é de quase 65%, enquanto entre aqueles que recebem remuneração não salarial, a taxa gira em torno de 98%. Entre os autônomos e os não remunerados, a informalidade é de 93,4% e 100%, respectivamente. Os empregadores, que representam 5,5% da PEA, apresentam uma taxa de informalidade relativamente baixa (41%).

**Tabela 8. Estimativas da PO por setor econômico, posição na ocupação, renda e horas de trabalho em Chiapas, 4º trimestre de 2018.**

Setor de atividade econômica	Estimativas						
	População ocupada	Ocupação formal	Ocupação informal				
			Subtotal	Setor informal	Fora do setor informal		
					Subtotal	Âmbito não agropecuário	Âmbito agropecuário
<b>Totales</b>	<b>1.899.923</b>	<b>421.773</b>	<b>1.478.150</b>	<b>405.549</b>	<b>1.072.601</b>	<b>320.467</b>	<b>752.134</b>
Primário	779.083	26.949	752.134	0	752.134	0	752.134
Secundário	255.765	43.896	211.869	169.023	42.846	42.846	0
Terciário	862.167	350.928	511.239	236.526	274.713	274.713	0
Não especificado	2.908	0	2.908	0	2.908	2.908	0
<b>Posição na ocupação</b>							
Trabalhadores subordinados e remunerados	892.068	313.473	578.595	109.096	469.499	301.293	168.206
- Assalariados	820.138	311.908	508.230	85.306	422.924	256.682	166.242
- Com percepções não salariais	71.930	1.565	70.365	23.790	46.575	44.611	1.964
Empregadores	104.576	61.971	42.605	42.605	0	0	0
Trabalhadores por conta própria	700.170	46.329	653.841	216.988	436.853	0	436.853
Trabalhadores não remunerados	203.109	0	203.109	36.860	166.249	19.174	147.075
<b>Nível de renda</b>							
Até um salário mínimo	779.154	37.246	741.908	150.999	590.909	95.833	495.076
Mais de 1 até 2 sm	478.897	128.210	350.687	143.715	206.972	148.163	58.809
Mais de 2 até 3 sm	172.754	79.492	93.262	57.052	36.210	32.574	3.636
Mais de 3 até 5 sm	154.088	121.527	32.561	15.452	17.109	15.935	1.174
Mais de 5 sm	53.543	47.086	6.457	1.026	5.431	4.515	916
Não recebe rendimentos	249.686	1.129	248.557	36.860	211.697	19.174	192.523
Não especificado	11.801	7.083	4.718	445	4.273	4.273	0
<b>Duração da jornada de trabalho</b>							
Ausentes temporários com vínculo laboral	12.268	5.501	6.767	4.815	1.952	553	1.399
Menos de 15 horas	94.891	6.064	88.827	46.752	42.075	9.981	32.094
De 15 a 34 horas	345.262	67.042	278.220	92.783	185.437	55.543	129.894
De 35 a 48 horas	949.183	201.271	747.912	113.271	634.641	120.230	514.411
Mais de 48 horas	496.279	140.968	355.311	147.028	208.283	133.947	74.336
Não especificado	2.040	927	1.113	900	213	213	0

**Nota:** O emprego no setor informal refere-se às unidades econômicas que desenvolvem suas atividades utilizando recursos domésticos, mas sem estarem formalmente constituídas como empresas. O emprego informal fora do setor formal, por outro lado, refere-se à população empregada que presta serviços laborais em unidades econômicas formais sob regimes que dificultam o exercício de seus direitos ou nos quais a própria relação de emprego não é reconhecida. A ausência de um contrato de trabalho escrito ou a falta de acesso a instituições de saúde por meio do emprego são

critérios indicativos desse tipo de situação na força de trabalho que opera fora do setor informal formal (INEGI, 2023, p. 19).

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em dados da Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego (INEGI, 2018).

Como seria de esperar num estado com elevadas taxas de informalidade, as condições de trabalho são caracterizadas por uma falta generalizada de proteção. No que diz respeito à segurança social, 83,4% da população ativa não possui cobertura, o que coloca o estado em segundo lugar entre os estados com a maior percentagem de pessoas sem este benefício, ultrapassado apenas por Oaxaca (84,2%).

Em relação à distribuição de renda por ocupação, observou-se que 39,2% dos trabalhadores formais ganhavam menos de dois salários mínimos (SM) e apenas 0,27% não recebiam nenhuma renda. Em contrapartida, 73,9% da população em emprego informal ganhava menos de dois SM e 16,8% não recebiam nenhuma renda. Dentro do emprego informal, o setor agrícola apresenta as condições menos favoráveis, com 25,6% sem nenhuma renda.

Os dados sobre a jornada semanal de trabalho indicam que 23,17% estavam subempregados (trabalhando menos de 35 horas) e 26,1% eram explorados (trabalhando mais de 48 horas). Apenas metade dos trabalhadores cumpria a jornada permitida por lei (entre 35 e 48 horas). Esse padrão se repete tanto para trabalhadores formais quanto informais; contudo, contrariando as expectativas, a maior diferença entre os dois tipos de emprego é encontrada entre aqueles que trabalham em condições de exploração, que representam uma proporção maior no emprego formal (33,4%) em comparação com o emprego informal (24%).

Em relação à renda, Chiapas caracteriza-se como um dos estados mais pobres do país. Ocupa a última posição com a maior percentagem da população que recebe até o salário mínimo (41%). Além dos altos níveis de informalidade, isso se deve à falta de diversificação da economia, concentrada em produtos primários e de baixa complexidade (HAUSMANN & SANTOS, 2015). Ao analisar a evolução histórica da renda dos trabalhadores de Chiapas (Tabela 9), observa-se uma melhora na percentagem da renda estimada em salários mínimos entre 2005 e 2011. No entanto, a partir de 2012, a percentagem da renda voltou a cair, com a maioria dos trabalhadores recebendo menos de dois salários mínimos diários. Esses dados indicam um declínio econômico no estado, com perda salarial em comparação ao progresso alcançado na primeira década deste século.

Tabela 9. Níveis de renda diária da população empregada em Chiapas, 2005-2020.

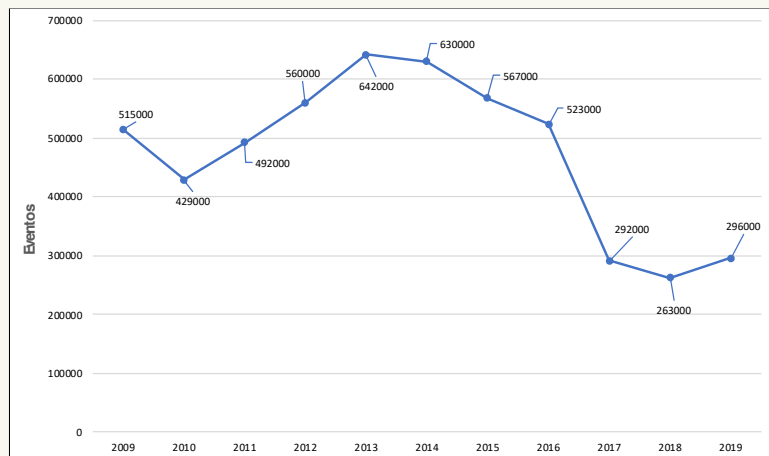
Ano	Até 1 sm	Mais de 1 até 2 sm	Mais de 2 até 3 sm	Mais de 3 até 5 sm	Mais de 5 sm	Não recebe ingresos
2005	40,29	22,59	8,41	9,11	5,36	14,13
2006	37,13	22,12	11,4	8,39	6,39	14,33
2007	33,07	23,92	11,66	10,33	5,74	14,68
2008	32,42	24,45	13,86	9,54	6,81	12,66
2009	34,02	24,97	10,91	9,58	5,51	14,84
2010	34,68	23,77	10,37	11,01	5,12	14,9
2011	30,88	24,06	12,35	9,56	5,4	17,53
2012	33,37	23,73	12,14	9,37	5,78	15,14
2013	36,35	23,54	12,01	9,13	4,44	14,08
2014	38,09	23,62	13,09	9,02	5,3	12,56
2015	37,26	25,15	11,55	8,11	3,66	13,95
2016	37,54	26,43	9,84	7,83	4,05	13,85
2017	38,15	26,82	10,23	7,94	2,69	13,85
2018	41,01	25,21	9,09	8,11	2,82	13,14
2019	41,92	27,1	8,8	6,63	1,62	13,31
2020	42,72	27,36	8,62	5,06	1,35	13,89

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego (INEGI, 2020)

## MOBILIDADE LABORAL TRANSFRONTEIRIÇA DA GUATEMALA PARA CHIAPAS

O mercado de trabalho em Chiapas é complexo, pois inclui tanto trabalhadores nacionais quanto migrantes em trânsito, principalmente de departamentos guatemaltecos que fazem fronteira com o estado. Essa mobilidade de guatemaltecos, especialmente para a região de Soconusco, é histórica (NÁJERA, 2020; SANTACRUZ & PÉREZ, 2009). No entanto, o fluxo de mão de obra guatemalteca para Chiapas vem diminuindo (Figura 3), passando de 642.000 viagens em 2013 para 263.000 em 2018, com um leve aumento observado em 2019.

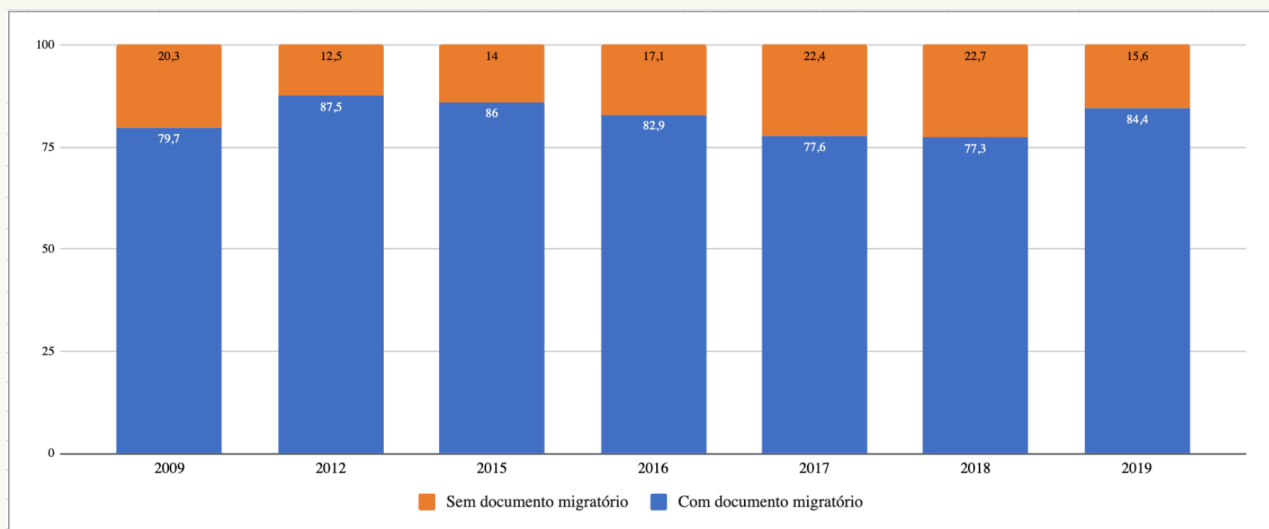
**Figura 3. Evolução do fluxo anual de migrantes guatemaltecos provenientes do México, 2009-2019**



**Fonte:** Relatório de Resultados Anuais de 2019, EMIF Sul (El COLEF, 2020, p. 14)

Embora não existam dados precisos sobre a população guatemalteca que atravessa a fronteira com o México, devido aos fluxos circulares (ou seja, uma pessoa pode ser contabilizada várias vezes no mesmo dia), esses números indicam uma contração no fluxo de mão de obra, com uma diminuição de 379 mil deslocamentos entre 2013 e 2018.

**Figura 4. Distribuição do fluxo de guatemaltecos por tipo de documento de imigração utilizado na entrada no México, 2009-2019**



**Fonte:** Relatório Anual de Resultados de 2019, EMIF Sul (El COLEF, 2020, p. 18).

Em relação à porcentagem de trabalhadores com ou sem documentação de imigração, verifica-se que a maioria cruza para o México com algum tipo de documento oficial, embora a proporção de guatemaltecos que cruzam sem documentos tenha mudado. Entre 2017 e 2018, essa proporção aumentou para níveis superiores a um quinto do fluxo migratório (Figura 4). Comparando as Figuras 3 e 4, é possível supor que uma parcela significativa do fluxo que deixou de cruzar para o México era composta por guatemaltecos com documentos de imigração, visto que, à medida que o fluxo diminuiu, as travessias sem documentos aumentam. Essa tendência é corroborada em 2019, quando o fluxo voltou a aumentar e a proporção de travessias sem documentos diminuiu.

É importante esclarecer que possuir um documento de imigração não implica em autorização de trabalho. Dos dois tipos de documentos emitidos pelo Instituto Nacional de Migração (INM) do México para entrada formal, apenas o Cartão de Visitante Trabalhador de Fronteira (TVTF) é concedido para fins de emprego e tem validade de um ano para cidadãos guatemaltecos com oferta de emprego de um empregador mexicano cadastrado no Instituto. Essa autoridade também emite o Cartão de Visitante Regional (TVR), que permite visitas a qualquer um dos estados fronteiriços mexicanos por um máximo de 7 dias, mas não autoriza o trabalho no México. A Tabela 10 mostra as porcentagens de travessias de fronteira de acordo com o tipo de documento utilizado por trabalhadores guatemaltecos entre 2009 e 2019. Os dados mostram mudanças significativas no tipo de documento utilizado: enquanto em 2009, 84% utilizavam o TVR, esse número diminuiu consideravelmente nos anos subsequentes até 2016, após o qual começou a aumentar novamente em 2017.

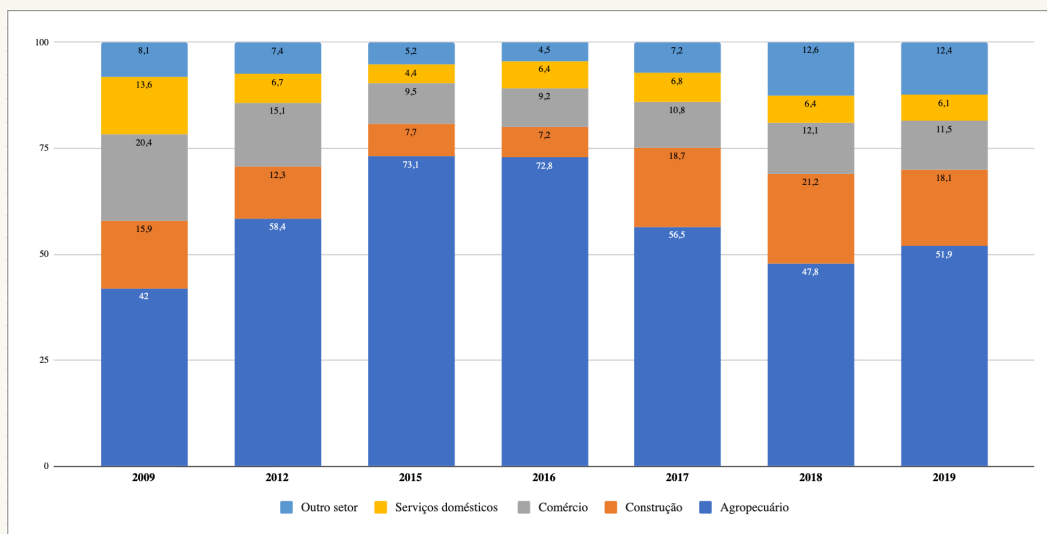
**Tabela 10. Documentos utilizados na travessia da fronteira Guatemala-México, 2009-2019 (%)**

Tipo de documento	2009	2012	2015	2016	2017	2018	2019
<i>TVR</i>	84,2	54,4	41,5	43,0	56,0	56,7	60,8
<i>TVTF</i>	15,5	45,4	58,4	56,9	42,8	42,6	37,8
<i>Outro</i>	0,3	0,2	0,1	0,1	1,1	0,7	1,4
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	100,0

**Fonte:** Relatório de Resultados Anuais de 2019, EMIF Sul (El COLEF, 2020, p. 19).

Dentre as atividades econômicas exercidas pelos trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos, a agricultura tem sido sua principal fonte de emprego em Chiapas. No entanto, a porcentagem tem oscilado consideravelmente nos últimos anos, subindo de menos de 50% entre 2009 e 2012 para mais de 70% em 2015 e 2016, antes de cair novamente a partir de 2017 para cerca de 50% (Figura 5). Essas variações no setor agrícola foram acompanhadas por aumentos ou diminuições na participação da força de trabalho na construção civil, no comércio e, em menor grau, nos serviços domésticos, que tende a se estabilizar entre 6% e 7% desde 2016.

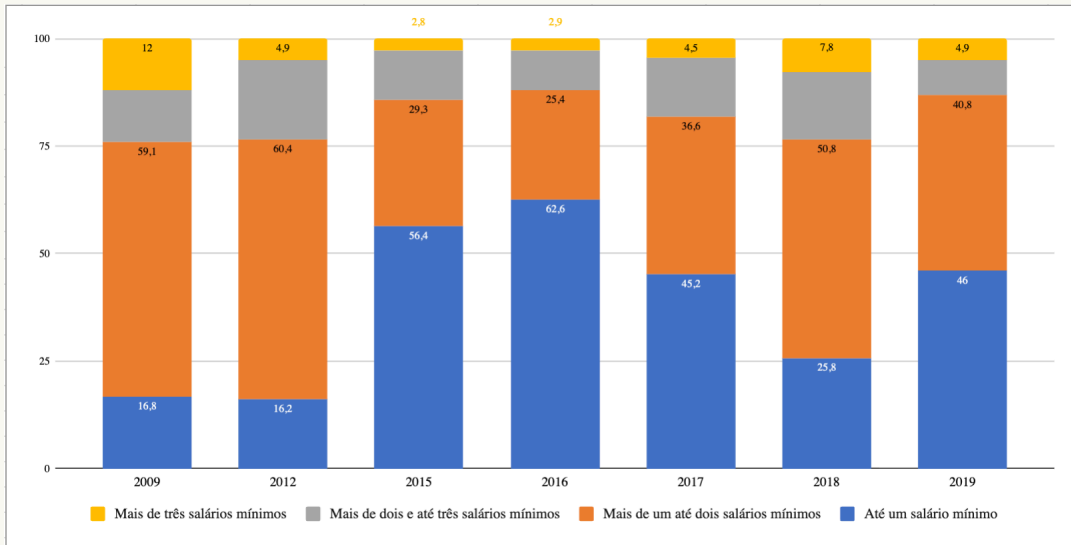
**Figura 5. Distribuição do fluxo de guatemaltecos por setor de atividade no México, 2009-2019**



**Fonte:** Relatório de Resultados Anuais de 2019, EMIF Sul (El COLEF, 2020, p. 23)

Por fim, para contextualizar nosso problema de pesquisa, é importante analisar as mudanças em algumas condições gerais de trabalho que prevaleceram entre o nosso grupo de estudo. Em relação à renda no trabalho transfronteiriço, a Figura 6 mostra que houve alta volatilidade na renda recebida pelos guatemaltecos, especialmente nas duas faixas de renda mais baixas. Esse comportamento parece estar relacionado à atividade econômica, particularmente ao emprego agrícola. A comparação entre as Figuras 5 e 6 revela que, quando o emprego se concentra nesse setor, como ocorreu em 2015 e 2016, a renda daqueles que recebem até o salário mínimo aumenta significativamente; inversamente, quando o emprego se diversifica, como aconteceu a partir de 2017, a renda aumenta.

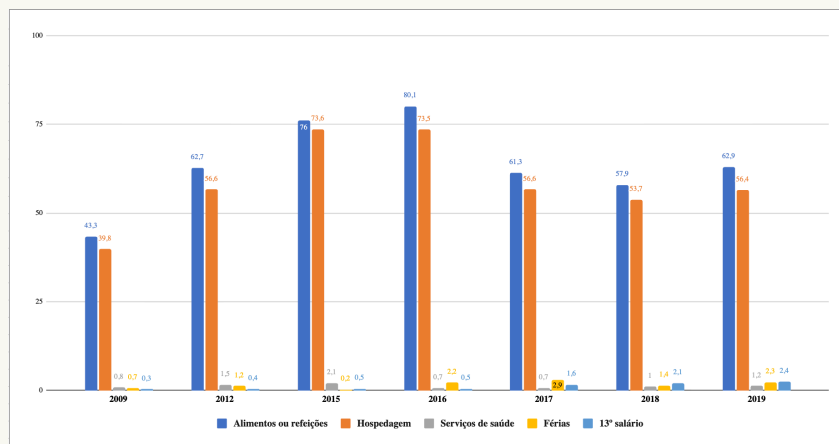
**Gráfico 6. Distribuição percentual do fluxo de guatemaltecos do México, por nível de renda recebida no México, em salários mínimos, 2009-2019.**



Fonte: Relatório de Resultados Anuais de 2019, EMIF Sul (El COLEF, 2020, p. 23)

Em relação ao acesso a benefícios trabalhistas, os dados mostram que historicamente houve uma defasagem no acesso a serviços de saúde, férias e abonos de Natal; no entanto, uma porcentagem significativa de trabalhadores transfronteiriços recebeu alimentação e alojamento como benefícios. A tendência relativa a esses dois benefícios também parece estar relacionada ao emprego agrícola, uma vez que aumentam ou diminuem ao longo dos mesmos anos (ver gráficos 5 e 7).

**Gráfico 7. Distribuição percentual do fluxo de guatemaltecos do México, por acesso a benefícios trabalhistas no México, 2009-2019.**



Fonte: Relatório de Resultados Anuais de 2019, EMIF Sul (El COLEF, 2020, p. 24)

## PRECARIEDADE LABORAL ENTRE TRABALHADORES TRANSFRONTEIRIÇOS GUATEMALTECOS NO ESTADO DE CHIAPAS

Conforme discutido na metodologia, após o cálculo e a normalização do Índice de Precariedade Laboral (IPL) por meio da análise de componentes principais, este foi estratificado em três categorias de precariedade: baixa, média e alta. Essa estratificação é considerada importante porque permite determinar qual a porcentagem de trabalhadores guatemaltecos transfronteiriços no México que vivenciam situações de alta vulnerabilidade laboral e quais características os trabalhadores em cada categoria apresentam. As Tabelas 11 e 12 apresentam as estatísticas sociodemográficas, enquanto a Tabela 13 apresenta algumas estatísticas de trabalho e migração, por estrato de precariedade, nos três casos.

**Tabela 11. Estatísticas descritivas por nível de precariedade.**

Nível de precariedade	Baixo	Médio	Alto	Total
Frequência (sem ponderadores)	319	3.142	1.381	4.842
Frequência (com ponderadores)	9.896	117.486	55.446	182.828
Percentuais das frequências (ponderadas)	5,41	64,26	30,33	100,00
Idade média	33,34	34,54	32,42	33,84
% Mulher	8,69	9,41	19,72	12,50
% Homem	91,31	90,59	80,28	87,49
% sem escolaridade	20,45	24,63	23,55	24,08
% ensino fundamental incompleto	21,01	26,96	36,31	29,47
% ensino fundamental completo	31,12	34,38	31,11	33,21
% algum ensino secundário	17,49	12,32	7,61	11,17
% algum ensino médio ou mais	9,91	1,69	1,40	2,05

**Fonte:** estimativas próprias com base em dados da EMIF Sur (El COLEF, 2018).

De acordo com a Tabela 11, 5,4% dos trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos vivenciam baixa insegurança no trabalho; ou seja, recebem salários ou renda adequados, têm estabilidade no emprego e desfrutam de alguns benefícios. Por outro lado, 64,3% vivenciam insegurança média no trabalho (de acordo com os dados ponderados), enquanto os 30,3% restantes vivenciam alta insegurança no trabalho. A mesma tabela mostra que as mulheres são mais comuns no estrato de alta insegurança no trabalho e menos comuns no estrato de baixa insegurança no trabalho, sugerindo que as mulheres guatemaltecas que trabalham temporariamente no país trabalham em condições mais precárias do que os homens. Outro dado interessante da Tabela 11 é que a média de idade é menor no estrato de alta insegurança no trabalho, sugerindo que os jovens guatemaltecos são mais propensos a trabalhar em condições precárias; no entanto, as médias de idade são muito semelhantes nos três estratos.

Em relação aos níveis de escolaridade, observa-se que ter concluído o ensino médio, o ensino superior ou um nível superior diminui a probabilidade de trabalhar em situações precárias, enquanto ter o ensino fundamental incompleto aumenta a probabilidade de estar no estrato de alta precariedade. Isso está em consonância com a teoria do capital humano (BECKER, 1964; SCHULTZ, 1988; MINCER, 1974), que afirma que níveis mais elevados de escolaridade aumentam a renda do trabalhador. Além disso, a Tabela 11 sugere que níveis mais elevados de escolaridade

melhoram substancialmente as condições de trabalho em geral. É importante notar, contudo, que é mais provável trabalhar em condições altamente precárias com ensino fundamental incompleto do que sem nenhuma escolaridade formal. Uma explicação provável para essa constatação é que os trabalhadores sem escolaridade formal são mais velhos (70% têm 30 anos ou mais) do que aqueles com ensino fundamental incompleto (56,5%), o que contribui para melhores condições de trabalho.

A Tabela 12, por sua vez, mostra as porcentagens por sexo, idade e nível de escolaridade em cada estrato de precariedade. Os dados confirmam o que foi observado na Tabela 11: que as mulheres são mais propensas a vivenciar condições de trabalho altamente precárias, enquanto a presença de homens é mais notável na categoria de precariedade média. Da mesma forma, a Tabela 12 sugere que é mais comum observar jovens em situações de alta precariedade e que a porcentagem nesse estrato diminui após os 30 anos. Isso indica que a experiência profissional dos trabalhadores guatemaltecos é valorizada pelos empregadores mexicanos.

**Tabela 12. Estatísticas descritivas sociodemográficas (porcentagens ponderadas)**

Nível de precariedade	B Baixo	Médio	Alto	Total
% Mulher	2,73	22,00	75,26	100,00
% Homem	5,65	66,53	27,83	100,00
% idade de 15 a 29	5,37	61,21	33,41	100,00
% idade de 30 a 45	5,88	66,04	28,07	100,00
% idade de 46 a 60	5,32	66,06	28,62	100,00
% idade acima de 60	0,54	70,63	28,83	100,00
% sem escolaridade	4,60	65,74	29,66	100,00
% ensino fundamental incompleto	3,86	58,78	37,36	100,00
% ensino fundamental completo	5,07	66,52	28,41	100,00
% algum ensino secundário	8,47	70,86	20,67	100,00
% algum ensino médio ou mais	11,93	71,44	16,62	100,00

**Fonte:** estimativas próprias com base em dados da EMIF Sur (El COLEF, 2018).

A Tabela 13 sugere que, em todos os setores produtivos, as condições de trabalho de precariedade média são mais prováveis. No entanto, é evidente que os vendedores ambulantes têm menor probabilidade de se encontrarem em situação de alta precariedade, enquanto os trabalhadores domésticos (predominantemente mulheres) têm maior probabilidade de se encontrarem no estrato de alta precariedade. Por outro lado, trabalhar no diversificado setor de serviços aumenta a probabilidade de se encontrar em situação de baixa precariedade. Observe como a proporção de vendedores ambulantes no estrato de baixa precariedade é zero, enquanto aqueles em alta precariedade representam uma proporção muito pequena, sugerindo que as condições de trabalho para esse tipo de trabalhador são mais favoráveis do que para os trabalhadores de outros setores.

A Tabela 13 mostra que os trabalhadores agrícolas não apresentam a maior porcentagem de trabalhadores em condições altamente precárias. Na verdade, os trabalhadores domésticos e os comerciantes têm a maior proporção de trabalhadores em condições altamente precárias.

**Tabela 13. Estatísticas de trabalho e migração (percentagens ponderadas)**

Nível de precariedade	Baixo	Médio	Alto	Total
Trabalhadores agropecuários	5,46	65,28	29,25	100,00
Trabalhadores da indústria	8,10	60,11	31,78	100,00
Trabalhadores da construção	3,26	74,97	21,77	100,00
Comerciantes	3,45	55,87	40,69	100,00
Vendedores ambulantes	0,00	93,02	6,98	100,00
Trabalhadores em serviços domésticos	3,20	42,01	54,80	100,00
Trabalhadores em serviços diversos	11,72	58,04	30,24	100,00
Profissionais	4,78	58,79	36,43	100,00
Com permissão para trabalhar no México	6,95	61,14	31,91	100,00
Trabalha em fazenda, ejido ou rancho	6,37	69,86	23,77	100,00
Trabalha em vila ou cidade	4,71	60,16	35,13	100,00

**Fonte:** estimativas próprias com base em dados da EMIF Sur (El COLEF, 2018).

Em relação às autorizações de trabalho no México, a baixa porcentagem de trabalhadores documentados que vivenciam baixos níveis de precariedade é notável. Isso sugere que essas autorizações não garantem condições de trabalho mais favoráveis na região fronteiriça do México. Por fim, vale ressaltar, a partir da Tabela 13, que a porcentagem de trabalhadores que vivenciam altos níveis de precariedade é maior em cidades do que em fazendas, ejidos (terras comunais) e ranchos. Para entender as razões por trás desse resultado, os dados foram cruzados por local de residência. Constatou-se que as pessoas em cidades são mais jovens do que as que vivem em fazendas e ranchos, e que a proporção de mulheres também é maior. Além disso, a proporção de pessoas que trabalham sem autorização de trabalho é maior em cidades. Esses fatores provavelmente explicam a maior precariedade em cidades.

### ***Estimativas dos determinantes da insegurança no trabalho***

Para melhor compreender os determinantes da insegurança laboral entre trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos, foram realizadas estimativas por mínimos quadrados ordinários. A variável dependente foi o Índice de Precariedade Laboral (IPL), estimado por meio de análise de componentes principais, e as variáveis independentes foram as características socioeconômicas, laborais e migratórias de cada indivíduo na amostra. As estimativas foram realizadas com e sem ponderação. Esta seção apresenta apenas os resultados das estimativas ponderadas, mas ambas são consistentes.

A Tabela 14 apresenta os resultados da regressão IPL, estimada com três especificações diferentes para testar a robustez dos resultados. A estimativa discutida aqui é a do modelo 3, que inclui o maior número de variáveis de controle. Observe que os resultados são consistentes entre os três modelos, sugerindo que são suficientemente robustos.

Primeiramente, vale destacar que, mesmo controlando as características observáveis dos trabalhadores, o sexo feminino permanece um fator que afeta positiva e significativamente a

insegurança no trabalho, indicando que as trabalhadoras guatemaltecas vivenciam maior insegurança no trabalho do que seus colegas homens. Além disso, a idade está negativa e significativamente relacionada à maior insegurança no trabalho, confirmando que os jovens guatemaltecos vivenciam condições de trabalho mais desfavoráveis do que os trabalhadores mais velhos. Da mesma forma, ter o ensino fundamental incompleto afeta positiva e significativamente a insegurança no trabalho, enquanto ter o ensino médio ou superior impacta negativa e significativamente a insegurança no trabalho. Como mencionado anteriormente, esses resultados são consistentes com a teoria do capital humano, que afirma que os retornos aumentam com a educação. Ademais, os resultados mostram que, de modo geral, as condições de trabalho na fronteira sul do México melhoram com níveis mais altos de escolaridade formal. Dado que a categoria de escolaridade omitida é a de nenhuma escolaridade, os resultados sugerem que os trabalhadores com ensino fundamental incompleto vivenciam condições mais precárias do que seus colegas sem escolaridade, o que, como já mencionado, se deve em parte ao fato de os primeiros serem mais jovens do que os últimos e de que, para os empregadores, a experiência profissional parece ser mais importante do que não ter escolaridade ou não ter concluído o ensino fundamental.

Outra descoberta notável na Tabela 14 é que os trabalhadores em cidades e vilas vivenciam condições de trabalho mais precárias em comparação com os trabalhadores em fazendas, terras comunitárias e ranchos (uma categoria omitida), um ponto já mencionado na discussão das características da amostra. Uma análise descritiva mais detalhada revela que o que torna o trabalho em cidades e vilas mais precário em comparação com as áreas rurais é que uma proporção maior de trabalhadores trabalha menos de 35 ou mais de 48 horas por semana e não recebe alimentação ou alojamento.

Em relação às atividades econômicas, observa-se que, controlando-se o tipo de setor em que se trabalha (rural ou urbano), ser trabalhador agrícola aumenta a insegurança no emprego. Em contrapartida, nas demais atividades (com exceção do setor comercial), as condições de trabalho são mais favoráveis do que no grupo de comparação (os demais trabalhadores)<sup>1</sup>. O maior coeficiente negativo corresponde aos vendedores ambulantes, sugerindo que trabalham em condições menos precárias em comparação com outros trabalhadores. É provável que o fator que mais influencia sua menor insegurança no emprego seja a renda, visto que a venda ambulante é caracterizada por um alto grau de informalidade.

---

<sup>1</sup>As atividades econômicas são inseridas na regressão como variáveis dummy, o que implica que o grupo de comparação é aquele que trabalha fora da atividade em questão.

Tabela 14. Regressão OLS do Índice de Insegurança no Trabalho (Estimativa com ponderações)

Variáveis independentes	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Mulher	0,0604 *** (8.59)	0,0890 *** (12.12)	0,2535 *** (23.99)
Idade	-0,0044 *** (-22.40)	-0,0045 *** (-22.36)	-0,0033 *** (-16.79)
Primário incompleto	0,0069 (1.08)	0,0243 *** (3.7)	0,0405 *** (6.22)
Primário completo	-0,1092 *** (-17.21)	-0,0876 *** (-13.35)	-0,0263 *** (-4.01)
Ensino secundário	-0,3125 *** (-36.92)	-0,2920 *** (-33.88)	-0,1965 *** (-22.53)
Ensino médio / preparatória e mais	-0,8618 *** (-51.00)	-0,8273 *** (-48.37)	-0,6837 *** (-39.73)
Com documento para trabalhar	--	0,0118 ** (2.4)	0,0079 (1.61)
Trabalha em vila ou cidade	--	-0,0663 *** (-12.89)	0,1988 *** (29.47)
Trabalhador agropecuário	--	--	0,2107 *** (15.91)
Trabalhador industrial	--	--	-0,1725 *** (-8.32)
Trabalhador da construção	--	--	-0,1823 *** (-13.53)
Trabalhador comercial	--	--	-0,0221 (-1.48)
Vendedor ambulante	--	--	-0,4857 *** (-14.08)
Trabalhador em serviços domésticos	--	--	-0,2052 *** (-10.77)
Trabalhador em serviços diversos	--	--	-0,4327 *** (-29.04)
Constante	0,231 *** (25.48)	0,2468 (26.72)	0,0006 (0.04)
R <sup>2</sup>	0,024	0,025	0,051
Prob >F	0	0	0
Número de observações	182.828	182.828	182.828

Significância de \*\*\*/99%, \*\*/95% e \*/90%. Estatísticas t entre parênteses.

Fonte: estimativas próprias com base em dados da EMIF Sur (El COLEF, 2018).

Uma descoberta notável é que uma autorização de trabalho no México não parece estar associada a condições de trabalho menos precárias do que as de pessoas sem tal autorização. Isso sugere que os trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos têm pouco incentivo para investir tempo e/ou recursos na obtenção de uma autorização de trabalho, já que não a percebem como garantia de melhores condições de trabalho.

### *Alta precariedade*

Para analisar os determinantes da alta insegurança no trabalho, também foram estimadas regressões probit, nas quais a variável dependente é uma variável *dummy* igual a 1 se a insegurança no trabalho do indivíduo for alta. As variáveis independentes são as mesmas da regressão IPL. Os resultados são apresentados na Tabela 15. Observe que, também neste caso, três modelos foram estimados, com diferentes números de variáveis independentes. Os resultados discutidos a seguir são os do modelo 3,

que inclui o maior número de variáveis independentes. As diferentes especificações do modelo são apresentadas para testar a robustez dos resultados. Todas as três especificações mostram resultados consistentes, confirmando a robustez das conclusões.

Primeiramente, é importante mencionar que ser mulher é um determinante positivo e significativo da experiência de alta insegurança no trabalho, e que a idade mais avançada tem um impacto negativo e significativo na probabilidade de se enquadrar nessa categoria. Isso destaca a vulnerabilidade dos trabalhadores jovens. Em relação à educação, os resultados da regressão da alta insegurança no trabalho são consistentes com os resultados da regressão IPL, no sentido de que ter o ensino fundamental incompleto implica uma maior probabilidade de vivenciar alta insegurança no trabalho, enquanto ter o ensino médio, o ensino superior ou o ensino superior completo impacta negativamente essa probabilidade. Da mesma forma, trabalhar em uma cidade tem um impacto positivo e significativo na probabilidade de vivenciar alta insegurança no trabalho, o que pode ser explicado pelo fato de que, nas cidades, há uma maior propensão a trabalhar em situações de subemprego ou exploração, sem receber mais benefícios como alimentação e moradia.

Em relação às atividades em que os trabalhadores estão empregados, todas apresentam coeficientes negativos significativos na regressão de alta precariedade, provavelmente porque a maioria da amostra se enquadra no estrato de precariedade média. No entanto, a comparação dos coeficientes ajuda a compreender em qual atividade a probabilidade de trabalhar em condições de alta precariedade é maior. Um achado notável é que o menor coeficiente negativo corresponde ao setor agrícola, o que implica que a probabilidade de trabalhar em condições de alta precariedade é maior nesse setor. Esse resultado é consistente com a regressão IPL e confirma que os trabalhadores agrícolas guatemaltecos vivenciam maior precariedade do que aqueles empregados em outros setores. Por outro lado, o maior coeficiente negativo corresponde aos vendedores ambulantes, sugerindo que eles vivenciam condições de trabalho mais favoráveis, provavelmente devido à sua renda. Vale ressaltar que possuir uma autorização de trabalho tem um efeito positivo e significativo sobre a probabilidade de se enquadrar no estrato de alta precariedade, mesmo controlando o tipo de atividade em que estão envolvidos.

Tabela 15. Equação Probit: alta precariedade (Estimativa com ponderações)

Variáveis independentes	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Mulher	0,5127 *** (56.66)	0,4122 *** (43.46)	0,3100 *** (21.83)
Idade	-0,009 *** (-33.30)	-0,01 *** (-36.59)	-0,0093 *** (-33.65)
Primário incompleto	0,1414 *** (16.62)	0,0526 *** (6.01)	0,0853 *** (9.6)
Primário completo	-0,1253 *** (-14.56)	-0,2296 *** (-25.57)	-0,1658 *** (-18.05)
Ensino secundário	-0,3628 *** (-30.22)	-0,467 *** (-37.96)	-0,4428 *** (-34.63)
Ensino médio e superior	-0,4403 *** (-18.13)	-0,5984 *** (-24.43)	-0,6036 *** (-24.08)
Com documento para trabalhar	--	0,1639 *** (24.47)	0,1765 *** (25.82)
Trabalha em povoado ou cidade	--	0,3149 *** (44.69)	0,5823 *** (62.22)
Trabalhador agropecuário	--	--	-0,0958 *** (-5.48)
Trabalhador industrial	--	--	-0,3272 *** (-11.73)
Trabalhador da construção	--	--	-0,6934 *** (-38.26)
Trabalhador comercial	--	--	-0,1688 *** (-8.54)
Vendedor ambulante	--	--	-1,5095 *** (-22.83)
Trabalhador em serviços domésticos	--	--	-0,1367 *** (-5.43)
Trabalhador em serviços diversos	--	--	-0,4789 *** (-23.85)
Constante	-0,2391 *** (19.6)	-0,3624 *** (-28.92)	-0,2981 *** (-13.65)
Pseudo R-quadrado	0,0316	0,0422	0,0632
Prob > chi2	0	0	0
Nº de observações	182828	182828	182828

Níveis de significância \*\*\*/99%, \*\*/95% e \*/90%. Estatísticas Z entre parênteses.

Fonte: estimativas próprias com base em dados da EMIF Sur (El COLEF, 2018).

Em resumo, as mulheres vivenciam níveis mais altos de insegurança no trabalho do que os homens, e ser mulher é um determinante significativo da inclusão no estrato de alta insegurança no trabalho. Também foi constatado que cada ano adicional de idade diminui tanto o índice de insegurança no trabalho quanto a probabilidade de se enquadrar no estrato de alta insegurança no trabalho. Isso implica que os jovens vivenciam níveis mais altos de insegurança no trabalho do que seus pares mais velhos. Além disso, ter o ensino fundamental incompleto aumenta o índice de insegurança no trabalho e também aumenta a probabilidade de se enquadrar no estrato de alta insegurança no trabalho. Por outro lado, o ensino médio, o ensino superior e o ensino secundário diminuem significativamente tanto o índice de insegurança no trabalho quanto a probabilidade de se enquadrar no estrato de alta insegurança no trabalho.

Em relação aos setores produtivos, ser trabalhador na indústria, em diversos serviços, na construção civil ou no comércio ambulante está associado a menor insegurança no trabalho. Ser trabalhador agrícola está associado a uma menor probabilidade de se enquadrar na categoria de alta insegurança no trabalho, mas é um fator determinante para um IPL (Índice de Insegurança no Trabalho) mais elevado. Deve-se esclarecer, no entanto, que, em comparação com trabalhadores de outros setores, ser trabalhador agrícola tem um impacto maior na experiência de alta insegurança no trabalho, sugerindo que esses trabalhadores sofrem maior insegurança no trabalho do que seus pares em outros setores. Por outro lado, ser trabalhador doméstico diminui a probabilidade de se enquadrar no estrato de alta insegurança no trabalho e também está relacionado a níveis mais baixos de insegurança no trabalho, embora os coeficientes de regressão mostrem que esses trabalhadores enfrentam condições de trabalho menos favoráveis do que outros (com exceção dos trabalhadores agrícolas).

Por fim, vale mencionar que trabalhar em uma cidade está associado a uma maior insegurança no emprego, enquanto possuir uma autorização de trabalho não reduz significativamente essa insegurança. Como discutido anteriormente, trabalhadores em cidades têm maior probabilidade do que seus colegas em fazendas e ranchos de trabalhar em condições de subemprego ou exploração trabalhista. Eles também têm menos probabilidade de receber benefícios como alimentação e moradia, o que contribui significativamente para sua maior insegurança no emprego.

## CONCLUSÕES

As mudanças no mundo do trabalho têm alterado as condições das relações laborais, as estruturas econômicas e os mercados de trabalho, levando a uma deterioração das condições de emprego. Esse fenômeno tem sido acompanhado por salários insuficientes, insegurança no emprego e violações dos direitos trabalhistas, conhecido como emprego precário.

Esse problema torna-se ainda mais evidente quando se discutem os trabalhadores migrantes, que tendem a enfrentar maiores dificuldades devido à sua situação migratória, ao tipo de mercado em que atuam, à demanda por emprego e às taxas de câmbio entre os países. Como já foi constatado, o estado de Chiapas tem sido tradicionalmente um destino para trabalhadores transfronteiriços da Guatemala, embora nos últimos anos tenha havido uma diminuição significativa no fluxo desses trabalhadores. Esses trabalhadores são empregados em diversas atividades econômicas, principalmente no setor agrícola, mas em um mercado de trabalho caracterizado por altos níveis de informalidade. Essa informalidade resulta em baixos salários e acesso limitado a benefícios como abono de Natal, férias e aposentadoria, além de serviços de saúde. Ademais, observa-se uma queda em sua renda, com a maioria ganhando menos do que dois salários mínimos.

Nesse contexto, os resultados do Índice de Precariedade Laboral (IPL), construído utilizando o método de componentes principais e estratificado pelo método de Dalenius-Hodges, são consistentes com as características do mercado de trabalho de Chiapas e mostram que a maioria dos trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos apresenta um nível médio (quase 65%) ou alto (30,3%) de precariedade laboral.

As estatísticas descritivas apresentadas na seção de resultados mostram que as mulheres são mais prevalentes no grupo com alta insegurança no trabalho, enquanto são menos comuns no grupo com baixa insegurança. Isso sugere a vulnerabilidade laboral vivenciadas pelas mulheres guatemaltecas em seus trabalhos temporários em Chiapas. Ao mesmo tempo, a média de idade é menor entre os trabalhadores com alta insegurança no trabalho, enquanto a probabilidade de vivenciar insegurança no trabalho diminui com a idade. As estatísticas descritivas também indicam que a insegurança no trabalho diminui com o nível de escolaridade, seja ensino fundamental, médio ou superior, sugerindo que um maior capital humano tende a melhorar as condições de trabalho.

Em relação ao emprego, as mesmas estatísticas descritivas sugerem que, em todos os setores produtivos, a probabilidade de trabalhar em condições de precariedade moderada é maior. No entanto, constatou-se que os vendedores ambulantes têm menor probabilidade de trabalhar em condições de alta insegurança laboral, enquanto os trabalhadores domésticos têm maior probabilidade de trabalhar em situações de alta insegurança laboral, com predominância de mulheres nesse grupo. Também se constatou que possuir uma autorização de trabalho no México ou trabalhar em áreas mais urbanizadas não garante melhores condições de trabalho para os trabalhadores guatemaltecos.

Para melhor compreender os determinantes do emprego precário entre trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos, foram realizadas estimativas de mínimos quadrados ordinários e regressões *probit*. Em ambos os casos, as variáveis independentes foram as características socioeconômicas, laborais e migratórias de cada indivíduo incluído na amostra.

Essas análises mostram que as mulheres vivenciam níveis mais altos de insegurança no trabalho do que os homens, e que ser mulher é um determinante positivo e significativo de estar no estrato de alta insegurança no trabalho. Além disso, confirmam que os trabalhadores mais jovens vivenciam condições de trabalho mais precárias e têm maior probabilidade de estar no estrato de alta insegurança no trabalho. Em relação à educação, os trabalhadores guatemaltecos com ensino fundamental incompleto aumentam seu índice de insegurança no trabalho (IIT) e a probabilidade de estarem no estrato de alta insegurança no trabalho, enquanto ter ensino médio, ensino superior ou ensino superior diminui significativamente tanto o IIT quanto a probabilidade de estar no estrato de alta insegurança no trabalho.

Por outro lado, constatou-se que ser trabalhador agrícola está associado a uma menor probabilidade de vivenciar alta insegurança no trabalho, mas o coeficiente negativo para essa variável é o menor na regressão quando comparado a outros setores, sugerindo que ser trabalhador agrícola implica trabalhar em condições mais precárias do que em outros setores produtivos. Esse resultado é consistente com a regressão IPL. Finalmente, trabalhar em uma cidade está associado a maior insegurança no trabalho, enquanto possuir uma autorização de trabalho no México não afeta significativamente a menor insegurança no trabalho, mas está associado a estar no estrato de alta insegurança no trabalho.

Essas tendências de desvalorização do trabalho são encontradas em todos os ambientes de trabalho, mas é evidente que os trabalhadores transfronteiriços guatemaltecos são particularmente vulneráveis, pois enfrentam condições adversas, políticas migratórias cada vez mais restritivas e contextos econômicos desfavoráveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZAMAR, A. & SALAZAR, C. Evaluación del mercado laboral mexicano en los sexenios panistas. En C. Rozo, H. Dávila Y A. Azamar (Coords.). *La economía mexicana en la alternancia panista*. México: UAM-Xochimilco, pp. 201-217, 2014.

BECKER, G. *Human Capital. A Theoretical and Empirical Analysis, with special reference to Education*. Chicago: The University of Chicago Press. 1964.

BLANCO, O. E JULIÁN, D. Una tipología de precariedad laboral para Chile: la precariedad como fenómeno transclasista. *Revista de la CEPAL*, n. 129, pp. 99-137. 2019 .

CANO, E. Formas, percepciones y consecuencias de la precariedad. *Mientras Tanto. Mientras Tanto*, n. 93, pp. 67-81. 2004.

CEPAL. *Hacia un nuevo estilo de desarrollo. Plan de Desarrollo Integral El Salvador-Guatemala-Honduras-México. Diagnóstico, áreas de oportunidad y recomendaciones de la CEPAL*. Ciudad de México. Ciudad de México: CEPAL. 2019.

EL COLEGIO DE LA FRONTERA NORTE (EL COLEF). *Base de datos del Módulo Especial sobre Movilidad Laboral, Contratación y Seguridad Social de la Encuesta sobre Migración en la Frontera Sur de México (Emif Sur) de 2018*. México: El COLEF. 2018. Disponible em: <https://www.colef.mx/emif/basescuestionarios.html>.

EL COLEGIO DE LA FRONTERA NORTE (EL COLEF). *Encuesta sobre Migración en la Frontera Sur de México (EMIF SUR): Informe Anual de Resultados 2019*. México: El COLEF. 2020. Disponible em: <https://tinyurl.com/mt47m7cm>.

FERNÁNDEZ, E. La teoría de la segmentación del mercado de trabajo: enfoques, situación actual y perspectivas de futuro. *Investigación económica*, v. 69, n. 273, pp. 115-150. 2010.

FERNÁNDEZ, M. Dimensiones de la precariedad laboral: un mapa de las características del empleo sectorial en la Argentina. *Cuadernos de Economía*, v. 33, n. 62, pp. 231-257. 2014.

GUADARRAMA, R., HUALDE, A. & LÓPEZ, S. Precariedad laboral y heterogeneidad ocupacional: una propuesta metodológica. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 74, n. 2, pp. 213-243. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E GEOGRAFÍA (INEGI). *Nota técnica. Estratificación multivariada. Sistema para la Consulta de Información Censal 2010*. México: INEGI. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E GEOGRAFÍA (INEGI). *Encuesta Nacional de Ocupación y Empleo de 2018*. México: INEGI. 2018. Disponible em: <https://tinyurl.com/3u6ft3b8>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E GEOGRAFÍA (INEGI). *Pesquisa Nacional de Ocupação e Emprego. Resultados do quarto trimestre de 2005 a 2020*. México: INEGI. 2020a. Disponible em: <https://tinyurl.com/3u6ft3b8>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E GEOGRAFÍA (INEGI). *Sistema de Cuentas Nacionales de México*. México: INEGI. 2020b. Disponible em: <https://www.inegi.org.mx/sistemas/bie/>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E GEOGRAFÍA (INEGI). INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y GEOGRAFÍA (INEGI). *Cómo se hace la ENOE. Métodos y procedimientos*. México: INEGI. 2023.. México: INEGI. 2023. Disponible em: <https://tinyurl.com/2sw7ab2y>.

MINCER, J. *Scholling, experience and earnings*. Cambridge: Columbia University Press. 1974.

- MONTOYA, O. Aplicación del análisis factorial a la investigación de mercados. Caso de Estudio. *Scientia et Technica* v. 13, n. 35, pp. 281-286. 2007.
- MORA, M. Ajuste y empleo: notas sobre la precarización del empleo asalariado. *Revista de Ciencias Sociales (Cr)*, v. 2, n. 10), pp. 27-39. 2005.
- MORALES, A. Dinâmicas territoriais e migração transnacional na América Central. In A. Morales e C. Castro ( orgs .). *Migração, Emprego e Pobreza*. San José, CR: FLACSO., pp. 11-70, 2006.
- MORALES, A. Dinámicas territoriales y migración transnacional en América Central. En A. Morales y C. Castro (Coords.). *Migración, Empleo y Pobreza* San José, CR: FLACSO, pp. 9-40. 2012.
- NÁJERA, J. Formas de movilidad laboral transfronteriza de las y los guatemaltecos a Chiapas, una visión desde la familia. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, n. 3, pp. 177-198. 2011.
- NÁJERA, J. La frontera México-Guatemala: un espacio de movilidades y migraciones poblacionales. En A. Hernández (Coord.). *Puentes que unen y muros que separan. Fronterización, securitización y procesos de cambio en las fronteras de México y Brasil*. México: El COLEF e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pp. 153-183, 2020.
- NACIONES UNIDAS (NU). *Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible*. New York: Naciones Unidas, 2015.. Disponible em: <https://tinyurl.com/56sb66v4>. Acceso em: 15 set. 2024.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). *Memoria del Director General. Trabajo decente. Conferencia Internacional del Trabajo, 87ª Reunión*. Ginebra: OIT. 1999.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). *Del trabajo precario al trabajo decente. Documento final del simposio de los trabajadores sobre políticas y reglamentación para luchar contra el empleo precario*. Ginebra: OIT. 2012.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). *Protección de los trabajadores en un mundo del trabajo en Transformación. Conferencia Internacional del Trabajo, 104ª Reunión*. Ginebra: OIT. 2015.
- PARIS, M., LEY, M. & PEÑA, J. *Migrantes en México. Vulnerabilidad y riesgos*. México: Organización Internacional para las Migraciones y El COLEF. 2016.
- PÉREZ, J. E CEBALLOS, G. Dimensionando la precariedad laboral en México de 2005 a 2015, a través del modelo logístico ordinal generalizado. *Nóesis. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, v. 28, n. 55, pp. 9-135. 2019.
- PIORE, M. *Birds of passage*. Cambridge: Cambridge University Press. 1979.
- ROMÁN, Y. Impactos sociodemográficos y económicos en la precariedad laboral de los jóvenes en México. *Región y Sociedad*, v. 25, n. 58, pp. 165-202. 2013.
- RUBIO, J., Precariedad laboral en México. Una propuesta de medición integral. *Revista Enfoques*, v. 8, n. 13, pp. 77-87. 2010.
- SANTACRUZ, E. & E PÉREZ, E. Atraso económico, migración y remesas: el caso del Soconusco, Chiapas, México. *Convergencia, Revista de Ciencias Sociales*, n. 50, pp. 57-77. 2009.
- SCHULTZ, T. P. Education investments and returnings. *Handbook of development Economics*, v. 1, pp. 543-630. 1988.